

Caso CERT x Geo

Conselho Universitário recusa recursos

Na reunião de 5/12, o Conselho Universitário deliberou sobre dois dos quatro recursos dos docentes efetivos do Instituto de Geociências, que foram ameaçados de mudança em seus regimes de trabalho. Contrariando todas as manifestações da unidade e em oposição ao previsto nas normas e regulamentos da Universidade, os recursos foram negados.

De forma surpreendente e oposta à maciça maioria dos pronunciamentos dos conselheiros, acabou por ser aprovado o parecer da CLR, por 40 votos a favor, 27 contrários e 1 abstenção. Dessa forma, foi negado provimento ao recurso impetrado pelos colegas da Geologia, que reivindicavam tratamento isonômico com todos os demais concursados da universidade que já estejam fora do estágio probatório.

O parecer aprovado, com conteúdo doutrinário imperial e despótico, inclui frases do tipo "O Reitor pode legalmente tomar essa atitude porque – pelo artigo 42 do Estatuto – é ele que assina e manda publicar no Diário Oficial", ou ainda "...que não cabe à instância máxima de decisão decidir se o Reitor pode ou não proceder como está procedendo.....".

O parecerista, professor Walter Coli, deu a entender que todas as instâncias da universidade deveriam ser apenas assessoras da Reitoria nas decisões a tomar, o que implicaria não haver mecanismos de recurso contra a então pressuposta infalibili-

dade reitoral. Isto num tempo em que mesmo da infalibilidade papal, a igreja católica já abdicou. Cabe perguntar se o próprio reitor concorda com tamanho absurdo.

Durante a discussão no CO, pronunciaram-se três ou quatro dos defensores do *status quo*, apoiando o parecer da CLR, contra uma quinzena de contundentes manifestações apontando a consistência dos recursos, a desqualificação da CERT enquanto agente de avaliação docente e a questionável qualidade doutrinária do parecer da CLR.

Os defensores do parecer procuraram caracterizar que era a autoridade reitoral que estava em jogo. Se assim era ou é, estamos mesmo diante de uma situação interessante. O acolhimento de um simples pedido, contra a inusitada e inconsistente proposta da CERT, causa tamanho risco à autoridade do reitor que estaríamos mesmo próximos do caos. É inusitada e inconsistente essa opinião da CERT, pois pretende alterar o regime de trabalho de docentes que já foram aprovados no regime de experimentação, são estáveis nos seus cargos em RDIDP, e têm manifesto reconhecimento institucional de que em RDIDP devem permanecer.

Alguns outros acontecimentos contribuíram para o não provimento do recurso. A tímida defesa do diretor da Geologia, professor Wilson Teixeira, certamente repercutiu negativamente entre os conselheiros. Por outro lado,

teve alto impacto a manifestação teatral do diretor do Instituto de Física, professor Silvio Salinas, insinuando que o reconhecimento internacional do qual o Instituto de Geociências desfruta sustenta-se apenas no mérito acadêmico de três ou quatro de seus docentes. Ficando sem resposta, graças ao inexplicável silêncio dos representantes da Geociências presentes à reunião, a grosseira repercutiu bastante.

Sempre há espaço para acreditar que o direito, o sensato e o academicamente con-

sistente acabarão por prevalecer na nossa Universidade. Os 27 votos favoráveis ao parecer reforçam essa visão de esperança e mostram também que não faltou muito para que o resultado final daquela votação fosse outro. Lembremos que possivelmente os oito representantes da bancada estudantil (presentes mas sem direito de voto) seriam favoráveis ao recurso. Em tempo, os colegas da Geologia solicitaram cópias da fita da reunião e, como precaução adicional, avisaram também a secretaria geral!

Reunião da Comissão de Acompanhamento do ICMS

No dia 7/12/00, de acordo com cronograma previamente estabelecido, reuniu-se a Comissão de acompanhamento da evolução do ICMS e da receita das universidades estaduais. Os principais assuntos discutidos foram os seguintes:

1. Os representantes do Cruesp comprometeram-se a apresentar uma descrição detalhada dos gastos com precatórios;

2. Como método para guardar a memória das receitas e despesas das universidades, foi acertada a construção de mais uma planilha, que acompanhará a evolução contínua do comprometimento com salários e reflexos. Esta planilha deverá ser iniciada em janeiro de 1995, con-

tendo os dados mensais e acumulados com salários, tanto durante cada período como através de médias móveis de 12 meses;

3. O Fórum apresentou proposta de utilizar o fundo de reserva negociado durante a greve de 2000 para reajuste adicional de 1,65% a partir de janeiro de 2001. Assim, os 3,16% já negociados passariam a 4,86% sobre o salário de dezembro/00.

4. Os representantes do Cruesp comprometeram-se a levar a proposta à consideração dos reitores;

5. Ficou acertado que se a resposta dos reitores for positiva, não haverá reunião em janeiro de 2001, sendo retomadas as atividades da Comissão a partir de fevereiro de 2001.

A iniciativa da Reitoria: Fórum USP

Evento é mais uma prova de que a greve sacudiu a universidade

Aconteceu, de 28 a 30 de novembro, o I Fórum de Discussão de Políticas Universitárias da USP, convocado pela Reitoria. Está prevista para março a segunda parte do Fórum. É inegável que essa iniciativa tem relação com a greve de professores, alunos e funcionários que sacudiu a USP no primeiro semestre. Também como consequência da greve, a comunidade da USP, através das suas entidades (-Adusp, Sintusp, DCE, APG), está organizando o IV Congresso da USP, previsto para abril de 2001. Apresentamos a seguir um breve relato das atividades desenvolvidas pelo I Fórum.

O primeiro dia do Fórum foi integralmente dedicado à avaliação: "docente e departamental", de manhã; "regimes de trabalho e valorização do RDIDP" e "avaliação institucional", à tarde. Apesar dos títulos, o assunto principal nas mesas foi claramente a avaliação individual, acenando-se também com possíveis recompensas (igualmente individuais).

É natural que a CERT tenha sido mencionada insistentemente, a ponto de o coordenador da plenária da manhã, professor Ruy Laurenti, afirmar por duas vezes que está propondo "outra reunião" para discutir a CERT. Espera-se que essa proposta frutifique. É curioso que, apesar de não se manifestar formalmente no Fórum, a CERT tinha algo pronto para dizer. Se não, como explicar as duas páginas do encarte sobre o Fórum, no *Jornal da USP* (4/12 a 10/12), com o texto do presidente da CERT, professor Carlos Humes Jr., do IME?

O encarte traz reportagem sobre as atividades de

plenárias e seminários do Fórum. O *Jornal da USP* dá a entender que tal posição foi colocada e debatida em algum momento, o que efetivamente não aconteceu. [Breve comentário sobre o texto do presidente da CERT: ele busca demonstrar que é possível uma comissão de 13 membros avaliar, em um ano e meio, 2.648 processos de forma adequada às metas (quais?) da instituição.]

Ampliação de vagas

As manhãs de 29 e 30 foram destinadas, respectivamente, às políticas de "graduação" e "pós-graduação e pesquisa". Houve consenso de que a presença das instituições públicas de ensino superior no Estado de São Paulo é largamente insuficiente. O professor Ângelo Cortelazzo, da Unicamp, e a professora Ada Pellegrini, pró-reitora de Graduação da USP, pronunciaram-se claramente a favor da ampliação de vagas na graduação, ambos salientando que possivelmente serão vagas em cursos "mais simples", utilizando instalações já existentes.

A mesa da plenária de "pós-graduação e pesquisa", constituída por quatro professores da USP e um da Unicamp, surpreendentemente colocou-se com críticas a alguns dos aspectos que caracterizam a ligação entre estas duas atividades-fim da universidade. A mesa salientou os perigos de alguns desvios que já se vão delineando, em



Marcos Magalhães, José Jeremias e Claudionor Brandão: academia e sindicatos

função também das avaliações implantadas.

Nos seminários da tarde do dia 29, foram abordadas, simultaneamente, a construção de um código de ética para a USP, os Cepid's da Fapesp e a estrutura de departamentos. Foi lançada a idéia de centros e núcleos, mais eficientes e ágeis, formados a partir de incentivos externos, e organizados de forma praticamente (ou mais) autônoma dentro das universidades. Nesse caso, onde ficaria o espírito universitário e como a universidade exerceria sua autonomia? A plenária da tarde discutiu a carreira funcional na USP.

No dia 30, houve mais três seminários, abordando os claros docentes, as instituições públicas e privadas e a relação entre universidade e sindicatos. A discussão sobre sindicatos contou com a presença da Adusp e foram apresentadas as ações dos sindicatos e como elas contribuem para a vida universitária. Em especial, o representante da Adusp, professor Marcos Magalhães, salientou o compromisso da entidade com os destinos da

universidade e afirmou que não existe no país nenhuma universidade de destaque que não tenha uma associação docente organizada e exercendo seu papel reivindicatório, propositivo e questionador.

Na última plenária, o debate foi sobre fundações. A constituição da mesa pode ter favorecido a conclusão de que as fundações existentes no interior da universidade são elementos necessários para a gestão competente. No entanto, houve muitas questões sobre a inevitabilidade dessa situação e também sobre a transparência de suas contas e atividades.

Todos esses temas continuam em discussão e sendo aprofundados para a preparação de teses para o IV Congresso da USP, previsto para abril de 2001. Envolvendo paritariamente docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos, o IV Congresso deve se constituir como um espaço mais amplo e democrático de discussão, além de ser deliberativo, podendo indicar determinadas questões para submetê-las a plebiscito.

POLÊMICA SOBRE FUNDAÇÕES

Professor esclarece

“Prezado Editor:

Verifiquei, com relação à matéria “Debate sobre fundações anima público” (Informativo Adusp 86, p. 2), que há um erro quanto à minha fala: na verdade houve a tentativa de contratação de alunos para substituir os funcionários daquela unidade que estavam em greve e não a contratação de alunos para substituir os professores, os quais, por sinal, não entraram em greve.

O coordenador da FEA-RP me contactou no sentido de que gostaria de esclarecer no Informativo Adusp que os alunos não foram contratados. No entanto, lembrei a ele que o comando de greve local dos docentes teve de ir à FEA, a pedido dos funcionários, para discutir este

problema com os alunos e com a diretoria do Centro Acadêmico.

No meu entendimento, se os alunos foram ou não efetivamente contratados pela Fundace para a substituição dos funcionários cabe a eles esclarecerem. Um grande abraço e até breve.”

Professor Benedito Machado
FMRP-USP

***Nota da Redação-** O professor Benedito Machado tem razão: de fato ele fez referência, no debate de 21/11, à tentativa de contratação de alunos para substituição de funcionários, não de docentes. Portanto, a matéria incorreu em erro neste ponto particular, pelo que pedimos desculpas a ele e a quem mais se sentiu atingido.*

FEA contesta afirmações

Recebemos do diretor da FEA-USP carta sobre o mesmo assunto, da qual reproduzimos a seguir os principais trechos:

“O Informativo Adusp 86 relata que o Prof. Machado afirmou que, durante a greve deste ano, a Fundace teria contratado alunos para substituir professores da FEA-RP que aderiram à paralisação.

Absoluta e integral MENTIRA!

Aquela Fundação, bem como a Coordenação da FEA-RP, informam jamais haver contratado alunos ou outras pessoas para substituir professores durante a greve; aliás, os docentes nem entraram em greve. Não houve também qualquer contratação para substituir funcionários.

Gostaria que o Prof. Machado comprovasse o que afirmou e que a Adusp verificasse melhor o conteúdo do que relata.

A FEA-RP vem tendo desempenho excepcional nos seus cursos de graduação, o

que provam os prêmios recebidos, o desempenho no Provão e a colocação de alunos nos exames de pós-graduação realizados no plano nacional; além disso, seus professores vêm sendo agraciados com premiações e destaques e obtido excelente desempenho, inclusive nos concursos de ingresso na carreira.

A par disso, o desempenho da Fundação tem sido também brilhante, com um seu curso de MBA classificado em 6º lugar no Brasil por revista com edição especial sobre a educação continuada.

Lamento pelas inverdades colocadas e espero que não mais se repitam”.

Professor Eliseu Martins
Diretor da FEA-USP

***Nota da Redação-** Como já explicamos, no texto em questão há um erro que é de responsabilidade do editor deste informativo e não do professor Machado.*

Confraternização na Química

Daniel Garcia



Professores, funcionários e alunos do Instituto de Química da USP realizaram, no dia 23/11, a “Festa de Confraternização pelo Sucesso da Greve”. Com muito churrasco, a idéia foi festejar não somente a vitória do movimento, mas principalmente a forma como esses três segmentos atuaram em colaboração durante a greve.

Eleição fortalece APG

A chapa *aPÓSt*a na luta venceu as eleições para a Associação dos Pós-Graduandos (APG Capital), realizadas em 29 e 30 de novembro. Na eleição, organizada pelos próprios estudantes de pós-graduação, depois da decisão de boicotar as eleições patrocinadas pela Reitoria, 1.141 pessoas votaram, com 1.065 votos para *aPÓSt*a na luta, única chapa concorrente. Na eleição de 1999, organizada pela Reitoria, houve 268 votantes.

Na eleição para os representantes da Pós nos conselhos centrais organizada pe-

lo movimento, em que mais de 1.300 pessoas votaram, a chapa *aPÓSt*a na luta conquistou 15 das 16 vagas. A chapa *Lua e Estrela* ficou com a vaga restante. Outros sete representantes, no entanto, foram eleitos para os conselhos na eleição organizada pela Reitoria.

Além de tentar convencer os sete a renunciar, a APG terá agora de lutar para que o CO altere o regimento da USP em relação ao controle das eleições, a exemplo do que ocorreu com o DCE, e também para que os nomes eleitos pelo movimento sejam homologados.

Democracia perde na ECA

Priscila Carvalho



Estudantes da ECA protestam, pedindo respeito à consulta

Uma tradição democrática de 16 anos acaba de ser destruída na Escola de Comunicações e Artes da USP: o colégio eleitoral restrito, composto pelos conselhos departamentais e pela Congregação, não homologou o nome mais votado pela comunidade para o primeiro lugar da lista triplíce para a escolha do futuro diretor da unidade.

Nos dias 28, 29 e 30 de novembro, toda a ECA votou, com mais de 1.045 pessoas comparecendo às urnas. Na eleição, paritária, o professor Jair Borin venceu por 59,6% dos votos, contra 33,8% do professor Waldenyr Caldas. Borin recebeu 613 votos dos alunos, 54 dos professores e 95 dos funcionários, enquanto o professor Waldenyr Caldas foi votado por 98 alunos, 50 professores e 88 funcionários. A maior participação entre as categorias foi dos funcionários, dos quais 88,2% votaram, seguidos pelos professores (68,5%) e alunos (32%).

Jair Borin venceu nas três categorias com uma proposta que tinha por lema a defesa da universidade pública e a transformação das estruturas departamentalizadas da Escola numa unidade mais integrada e apta para superar os desafios da modernização.

Numa operação que nem mesmo durante a ditadura chegou a ser utilizada, o diretor da unidade, professor Tupã Gomes Corrêa, fechou todo o acesso ao prédio central da escola no dia 5 últi-

mo, véspera da votação do colégio eleitoral, sob o pretexto de que os estudantes poderiam ocupar o imóvel.

Na abertura dos trabalhos, alguns dos professores presentes indicaram haver questionamentos e até irregularidades em relação a certos votantes, mas o colégio elegeu, por 50 votos, em primeiro escrutínio, o professor Waldenyr para o primeiro da lista. Em segundo escrutínio, também com 50 votos, o professor Jair foi eleito o segundo da lista e, com 21 votos, em terceiro escrutínio, o professor Eduardo Peñuela Cañizal foi o terceiro.

Assim que souberam o resultado do primeiro escrutínio, mais de 150 alunos ocuparam o prédio central, promovendo um protesto pacífico no corredor da sala da congregação. Um grupo de seis seguranças particulares, sem crachás, contratados pela direção da escola, juntou-se à guarda universitária para conter a manifestação no corredor.

A noite, uma representação estudantil da ECA foi recebida pelo reitor da USP, professor Jacques Marcovitch. O reitor afirmou aos alunos que era levado, pelos resultados do colégio, a nomear o professor Waldenyr Caldas, apoiado pelo professor Tupã Corrêa. Curioso é que na última eleição para vice-diretor da FEA, o reitor tenha nomeado o terceiro nome da lista, uma professora da sua equipe de trabalho na FIA.

“Sou diretor legítimo”, diz Waldenyr

Informativo Adusp: O senhor já sabe quando toma posse?

Professor Waldenyr Caldas: Fiquei sabendo só hoje (8/12) que havia sido indicado pelo Reitor, nem cogitei nada ainda.

IA: O senhor não acha que a discrepância entre o resultado da consulta e do colégio eleitoral pode representar um empecilho para sua administração? O senhor se considera o diretor legítimo?

Waldenyr: Me considero o diretor legítimo. A consulta não é oficial. Quem a organizou foi um grupo de pessoas simpatizantes ao professor Jair Borin. Não posso afirmar com toda segurança sobre como foi o processo. Em que pese ter sido feita por simpatizantes, houve um empate técnico nos professores e funcionários. Não estou questionando o resultado, mas não fui consultado para nada. Não me disseram as regras do jogo, não me consultaram se eu gostaria de ter alguém ligado a mim na mesa de apuração, na comissão eleitoral. Por respeito à discussão pública, participei dos debates.

IA: O senhor não consi-

dera importante que haja uma mudança no regimento da USP no sentido de tornar diretas as eleições para diretor de unidade?

Waldenyr: Não tenho opinião sobre isso. Há quatro anos, na eleição para vice-diretor, perdi na consulta e ganhei no colégio. Uma comissão me pediu para apresentar ao CO uma proposta de mudança, o IME acabou apresentando. Houve uma grande discussão na universidade, mas o CO pediu que as unidades se manifestassem a respeito, e elas não mandaram nada. A discussão no CO caiu no vazio.

IA: O senhor considera o colégio eleitoral democrático?

Waldenyr: Se você pensar bem o colégio eleitoral é democrático, pois possui representantes de todas as categorias. São os professores que votam no seu representante, os funcionários idem, os alunos...

IA: A eleição no colégio foi democrática?

Waldenyr: Foi uma eleição absolutamente democrática. Talvez o que não tenha sido democrático tenha sido a pressão sobre as pessoas.

Procurador do Estado recomenda imediata libertação dos sem-terra

No dia 29/11, o Ministério Público entregou ao Comitê de Defesa da Democracia cópia de parecer que recomenda a expedição dos alvarás de soltura dos seis sem-terra presos desde 10/11/99 e condenados a longas penas de prisão pela juíza de Boituva-SP.

De acordo com o procurador de Justiça José Ricardo Peirão Rodrigues, não existem provas para susten-

tar as acusações de roubo e de incêndio apontadas na sentença, impondo-se a absolvição dos acusados quanto ao “roubo” e a desclassificação do delito de “incêndio” para o de dano. Quanto à condenação por dano, lembra que eles já cumpriram as penas privativas de liberdade que lhes foram impostas (7 meses para um e 6 meses para os demais), impondo-se a libertação.